

## “ Já não tenho família ...”

Maria Joana Pinto Rodrigues

---

O Sr. Albino, a Sra. Almerinda e a Sra. Constantina em conversa

**“Sr. Albino** - Agora já nem pais choram pelos filhos nem os filhos pelos pais. Agora já estamos num tempo em que já não há família. Já não há pais para os filhos nem filhos para os pais. Estão sempre a ver quando eles morrem. Agora a família é uma raridade. Agora já não há família. Eu já não tenho família

**Sra. Almerinda** - Lá por a sua família ser ruim, não é assim a de toda a gente. O meu filhinho ainda me valeu muito. Ele manda-me uma esmolinha e que Deus lhe deia o Céu. A minha filha também não há dia nenhum que não se lembre de mim. Mas ela também tem a vida dela, sabe como é. Mas eu graças a Deus, tenho uma família muito boinha ...

**Sra. Constantina** – Eu tive que vir para o lar porque não tenho família. Mas não é por não fazerem caso de mim, é porque não a tenho. Já morreu (o marido), que Deus o tenha. Deus não me deu filhos, estou sozinha, que remédio tive se não vir para o lar.”

## 1. INTRODUÇÃO

A presente comunicação integra um trabalho científico mais vasto realizado no âmbito do Mestrado em Antropologia. Tendo por base o trabalho de campo e entrevistas realizadas no *Lar de Vila da Pena*<sup>1</sup>, este estudo, que privilegiou uma perspectiva interaccionista, não menosprezando a complementaridade de outras abordagens, permitiu analisar a vivência institucional quotidiana dos idosos. As interacções que estes estabelecem entre si, com os seus familiares e com a instituição foram algumas das dimensões analisadas. A presente comunicação destacará as relações que os idosos estabelecem com os seus familiares, alguns dos ideais a ela associados e sentimentos de alguma mágoa, desilusão e responsabilização pelo internamento institucional dos idosos, de uma forma geral. A expressão “não tenho família” traduz a situação familiar em que alguns idosos residentes no lar se encontram. Como teremos oportunidade de verificar, consideram não ter família porque não possuem marido/mulher ou filhos ou porque estes se encontram distantes e não podem usufruir do seu apoio, não têm família porque se sentem abandonados pelos filhos ou outros familiares mais próximos.

A família desempenham um papel fundamental em todo o percurso de vida dos indivíduos. A análise da importância do ambiente familiar e das relações que nele se estabelecem durante a infância e juventude fazem já parte dos interesses das ciências sociais e humanas, de uma forma geral. Apesar disso, o estudo do tipo de relações que se estabelecem entre os idosos e os seus familiares não são, ainda, uma temática privilegiada. Todavia, julgamos que as interacções familiares dos indivíduos mais idosos, de uma forma geral, e daqueles que residem em instituições residenciais do tipo do *Lar de Idosos*, em particular, se revestem de igual importância e centralidade, não pela frequência dos contactos, que no estudo em análise ficam muito aquém das expectativas dos idosos, mas pela intensidade e significado das mesmas.

---

<sup>1</sup> Este lar encontra-se situado num dos concelhos do distrito de Viana do Castelo. Para além da atribuição de um nome fictício ao lar e à localidade onde o lar se situa, também são utilizados pseudónimos para designar os utentes e funcionários com quem se contactou. Esta opção visa salvaguardar o anonimato de todos aqueles que, de alguma forma, se encontram relacionadas com a instituição e cujas declarações são apresentadas ao longo da dissertação. É desta forma possível assegurar a confidencialidade dos participantes.

Estas relações são consideradas, por alguns autores, como as mais importantes relações, dado serem aquelas que se estabelecem com mais assiduidade e intensidade nas idades mais avançadas. Com o passar dos anos, as interações vão diminuindo de uma forma geral, intensificando-se contudo as relações com os familiares mais próximos (cf. Fericgla, 1992: 240, Oddone, 1990: 78 e Serra, Dato e Leal, 1988: 30). Para os utentes do lar a importância das relações familiares não é menor, considerando que estes são dos poucos elementos com quem os idosos, depois de ingressarem na instituição, têm possibilidades de manter algum tipo de contacto que lhes permita prolongar toda uma vivência interrompida com a entrada para o lar. Fericgla considera que a família continua a ser a referência social mais importante, apesar dos contactos efectivos entre os idosos e os seus familiares diminuírem com o ingresso no lar (cf. 1992: 249 e 294)<sup>2</sup>.

Protecção, apoio, carinho e afectividade são alguns dos benefícios esperados e decorrentes dessas relações. Para além disso, as relações que os utentes do lar mantêm com o seu grupo familiar, permitem que a desvinculação do meio social e familiar dos indivíduos residentes no lar seja atenuada. As visitas, telefonemas, cartas ou qualquer outro tipo de contactos permitem que se mantenham de alguma forma ligados ao meio social onde viveram grande parte das suas vidas e do qual se afastaram a partir do momento em que entraram no lar, para aí viver os últimos momentos (que podem ser alguns anos) de vida. Os utentes que não mantêm qualquer tipo de contacto com os seus familiares ou outros elementos pertencentes ao grupo das suas relações, porque estes já não existem, ou porque se encontram geograficamente distantes ou ainda porque as relações entre ambos não são as melhores, vêem as possibilidades de ligação com o mundo extra-institucional bastante reduzidas. As relações familiares permitem, assim, manter múltiplas relações afectivas, de amizade, apoio e protecção entre os elementos que constituem o núcleo familiar, assim como perpetuar o contacto com toda uma vivência passada do idoso.

## 2. Situação familiar

A composição do núcleo familiar dos idosos residentes no lar de Vila da Pena constitui um importante elemento a considerar na análise da sua situação familiar<sup>3</sup>. O

---

<sup>2</sup>Alguns autores consideram que a separação entre pais e filhos tem consequências ao nível do processo de envelhecimento dos idosos. Assim, uma certa instabilidade e “crise” durante a velhice pode ser analisada como uma consequência do afastamento dos idosos em relação aos seus filhos. Situações de depressão, de ansiedade e outras podem também ser consequência deste afastamento (cf. Pintos, 1993: 161-168). Os utentes vêm esta separação agravada pelo facto de se encontrarem a residir num lar, estando por isso afastados, não só dos filhos, mas também de algumas referências que povoaram grande parte das suas vidas. A separação entre pais e filhos, ocasionada não pelo ingresso dos primeiros no lar, mas por um processo de independência dos segundos, pode, contudo, ser interpretada doutra forma. Alguns autores defendem que é um mito das sociedades ocidentais considerar que a separação entre os pais e os filhos conduz a uma crise no envelhecimento. Assim, a separação pode constituir uma oportunidade de reiniciar uma nova fase da vida, agora já não em função dos filhos (cf. Pintos, 1993: 161-168). No lar, esta situação é pouco provável, uma vez que a separação dos filhos não resulta, propriamente, de um processo de independência.

<sup>3</sup> Importa considerar alguns elementos caracterizadores dos utentes residentes no *Lar de Vila da Pena*. Durante os treze meses em que a investigação se realizou o lar acolheu 88 utentes, na sua maioria, naturais e residentes no concelho de Vila da Pena ou em concelhos limítrofes. Do total de utentes contactados, 56 são mulheres (correspondentes a 64% dos utentes) e 32 são homens (correspondentes a 36% dos utentes). A média de idades destes utentes à entrada para o lar era de 72,5 anos. As mulheres apresentam contudo idades superiores relativamente aos homens. As primeiras possuem, em média, 75 anos. Os segundos possuem, em média, 68 anos. É importante contudo considerar que, apesar do lar se apresentar como uma instituição de acolhimento de idosos (89% dos utentes possui idades superiores a 65 anos), 10 dos seus utentes possuem idades inferiores a 65 anos. Destes últimos, todos possuem problemas de saúde que os colocam de alguma forma dependentes. Relativamente ao estado de saúde da generalidade dos utentes no

núcleo familiar composto pelos pais e filhos encontra-se, para uma grande parte dos utentes do lar, dissolvido, disperso ou é mesmo inexistente<sup>4</sup>. Deve-se ter em conta que 36,3% dos utentes do lar são solteiros, 45,5% viúvos e 7,8% divorciados ou separados (os restantes 10% são casados)<sup>5</sup>. Verifica-se, desta forma, que os utentes se encontram numa condição familiar debilitada devido à inexistência do companheiro que compõe o núcleo familiar. Nesta situação, o papel dos filhos reveste-se de redobrada importância no apoio aos pais. Depende destes, em grande medida, o sustento, apoio material e afectivo de um grande número de idosos.

Durante o período em análise, 46% dos utentes do lar não possuíam filhos, 22,5% possuíam um ou dois filhos, 27,5% possuíam três a cinco filhos e 4% tinham mais do que cinco filhos. Ocorre assim uma grande incidência de utentes sem filhos. Dos que possuíam filhos, importa ter em conta o local de residência destes. Da totalidade dos filhos dos utentes do lar de Vila da Pena, 53% não residem no mesmo distrito em que o lar se encontra sediado - Viana do Castelo. Os filhos residentes no distrito de Viana do Castelo correspondem, portanto, a 47%. Relativamente aos filhos que residem fora do distrito de Viana do Castelo é de destacar que a maioria se encontra no estrangeiro. Do total dos filhos dos utentes, 33% residem no estrangeiro e 20% distribuem-se por algumas localidades do país. Os países de acolhimento são, predominantemente, a França, o Brasil e a Espanha. Ao nível do país, é de destacar a cidade do Porto e a de Lisboa como os pólos residenciais dos filhos dos utentes do lar. Como se pode concluir, um grande número de utentes tem os filhos a residir no estrangeiro ou noutras localidades do país, o que agrava a sua situação de isolamento e carência de apoio<sup>6</sup>. Apesar disso, dos 43 utentes que possuem filhos, 32 têm pelo menos um filho a residir no distrito de Viana do Castelo.

Grande parte dos utentes encontra-se, assim, numa situação familiar frágil, não só pela já referida ausência de companheiro conjugal (ou porque nunca se casaram ou porque o cônjuge já faleceu), mas também porque cerca de 60% da totalidade dos utentes não possui filhos ou estes se encontram geograficamente afastados. Não se deve, no entanto, considerar o afastamento do local de residência como factor absolutamente impeditivo dos filhos prestarem apoio e ajuda aos seus pais. O afastamento residencial é, todavia, um factor que pode dificultar a manutenção de um apoio próximo e frequente.

---

momento de entrada para o lar, é importante referir que cerca de 15 se encontram numa situação de invalidez total (3 homens e 12 mulheres, o que corresponde a 17% dos utentes). Com um grau de autonomia elevado, que lhes permite realizar todas as tarefas sem necessidade de apoio auxiliar, encontram-se cerca de 62 utentes. Numa posição intermédia encontram-se cerca de 11 utentes que, ainda que se desloquem sozinhos, estão dependentes do apoio das funcionárias ou de outros utentes, uma vez que denotam problemas do foro neurológico. O tempo de permanência dos utentes no lar é de 1 a 10 anos para 62% dos utentes, de 0 a 1 ano para 24% e mais de 10 anos para os restantes 14 % dos utentes.

<sup>4</sup> Foi possível obter informação a este respeito através da consulta dos boletins de inscrição e ainda através das entrevistas efectuadas e das conversas informais com os utentes. Relativamente à informação dos boletins de inscrição importa referir que o item referente à família não se encontra, na maioria dos casos, preenchido de forma completa e rigorosa. Assim, apenas é referido se os utentes viviam ou não isolados e o n.º de filhos que possuem. Esta última informação reduz-se, por vezes, aos familiares com quem o utente possui uma relação mais próxima ou que, por algum motivo, mantém uma relação de conflito. A instituição tem contudo alguma preocupação em anotar o telefone e morada de uma pessoa que se interesse e denote preocupação com o idoso, de forma a poder contactá-lo sempre que for necessário.

<sup>5</sup>Fennell, Phillipson e Evers consideram que uma característica comum à generalidade dos utentes que residem em lares é a de que grande parte deles são solteiros, divorciados, sem filhos e sem familiares conhecidos (cf. 1993: 143).

<sup>6</sup> Onze dos utentes que possuem filhos, não se encontram geograficamente próximos de nenhum deles.

### 3. Contactos: telefonar, escrever e visitar

Depois de ingressarem no lar, as relações dos utentes com os seus familiares ou amigos próximos (e, de um ponto de vista mais alargado, com toda a mundividência da qual se afastaram) passam em grande medida pelos contactos mantidos através de cartas, telefonemas, visitas ou estadias na residência dos referidos familiares.

A correspondência escrita é um meio pouco utilizado. O nível de instrução dos utentes é uma dificuldade a este nível, já que a maioria não sabe ler nem escrever. Utilizando este meio de comunicação estariam dependentes das funcionárias ou outros elementos para ler e escrever as cartas, vendo a sua intimidade limitada. As dificuldades de visão fazem também com que alguns utentes, que sabem ler e escrever, evitem fazê-lo, uma vez que não o conseguem fazer de forma totalmente satisfatória.

O telefone é uma outra forma de os utentes contactarem e serem contactados<sup>7</sup>. Levantam-se também, a este nível, alguns problemas. A dificuldade em utilizar o telefone público existente no lar, que exige a introdução de moedas, a localização do mesmo em local com pouca privacidade, o custo das chamadas telefónicas e as limitações auditivas de alguns idosos fazem com que o telefone não seja utilizado com muita frequência.

As visitas que os utentes recebem ou as saídas que efectuam na companhia de um familiar ou amigo são, sem dúvida, as formas privilegiadas de manter contacto com elementos extra-institucionais. A instituição não levanta qualquer tipo de problema, no caso de os utentes quererem ausentar-se do lar. Em relação às visitas no lar, estas terão que obedecer a um horário e local<sup>8</sup> determinado pela instituição. Não existe, contudo, uma grande preocupação em cumprir esta determinação, facilitando a entrada dos familiares a outras horas e para outros locais. Mostram, contudo, algum desagrado, se estas se efectuarem da parte da manhã, considerando que podem interferir com os cuidados médicos e outras actividades - de limpeza, banho, etc. - levadas a cabo nesta altura. As regras institucionais não são, todavia, a explicação para o reduzido número de visitas aos idosos já que, no caso de os familiares justificarem a impossibilidade de se deslocarem ao lar nos horários impostos, a instituição permite a entrada fora das horas de visita.

A frequência dos contactos telefónicos, escritos ou por visita, é muito variável. Se ao longo de três e mesmo cinco anos de permanência, alguns idosos nunca tiveram qualquer contacto<sup>9</sup>, outros há que têm contactos mensais, semanais (nesta situação, e de forma regular, apenas se encontram seis utentes) e mesmo diários (ainda que num período de tempo reduzido). O Natal, a Páscoa, as férias de Verão e os finais de semana, principalmente os Domingos<sup>10</sup> são os momentos em que se verifica uma maior frequência de contactos. O nível de integração social dos idosos, a existência ou não de familiares ou amigos e vizinhos com relação próxima, o seu local de residência, a actividade profissional e a disponibilidade destes são algumas das variáveis mais importantes a considerar a este nível. Os utentes que possuem família próxima e que mantêm com esta uma relação permanente, encontram-se numa situação privilegiada. Aqueles que se encontram numa posição social de quase

<sup>7</sup> Fericgla considera que o telefone é uma forma de manter alguma intimidade, à distância, entre os idosos e os familiares (cf. 1992: 262)

<sup>8</sup> Devem realizar-se apenas da parte da tarde, depois das duas horas e até às cinco, cinco e meia. Aos fins de semana e feriados, as visitas podem ser efectuadas até às seis e meia da tarde. Relativamente ao local, as visitas devem restringir-se à sala de visitas, evitando-se assim a entrada para a zona dos quartos.

<sup>9</sup> Deve-se ter em conta que alguns utentes que ingressam no lar não possuíam nenhum familiar próximo nem tinham contacto com outros familiares mais distantes.

<sup>10</sup> Barenys, no estudo que realizou em lares de Barcelona, constatou, pelo contrário, que a maioria das visitas se efectuavam durante a semana, uma vez que o fim de semana é guardado pelas famílias para descansar ou passear, não incluindo neste projecto o idoso internado no lar (cf. 1990: 160)

marginalidade, não tendo quem os visite, já que se encontram completamente desinseridos familiar e socialmente, vêem as suas possibilidades de ter visitas muito mais reduzidas<sup>11</sup>. Ainda que o afastamento geográfico dos familiares possa diminuir as probabilidades de os utentes receberem assiduamente visitas, constatou-se que, alguns familiares residentes no estrangeiro ou num distrito distante do de Viana do Castelo prestam mais apoio que outros residentes no concelho onde o lar se encontra sediado, o que demonstra a necessidade de considerar um complexo conjunto de variáveis. O desinteresse ou conflito familiar explicam algumas das situações vivenciadas.

As visitas dos familiares ao lar revestem-se de particular importância, não só pela manifestação de afecto que estas constituem, mas também pelas ofertas que fazem e as conversas que possibilitam. Perguntas sobre o quotidiano do filho, netos e restantes familiares, estado de saúde dos vizinhos e amigos, relato do quotidiano semanal dos familiares e do utente são alguns dos assuntos abordados nas conversas e que permitem que o ingresso no lar não constitua uma separação definitiva do mundo social e familiar de origem, uma vez que o núcleo familiar continua a estar a par de todos os acontecimentos, mesmo os mais banais. Os utentes visitados recebem habitualmente fruta, bolachas, marmelada ou outros alimentos. Para além disso, alguns familiares levam roupa para lavar e trazer depois limpa, oferecem vestuário novo, dinheiro, etc.. Importa destacar, a este nível, que muitos idosos não são economicamente autónomos já que as suas reformas são geridas pelos familiares ou pelo lar, encontrando-se, por isso, numa situação de dependência económica elevada. Os familiares e as sacas onde colocam os bens que estes lhes oferecem são ostensivamente exibidos na sala de convívio de forma a que todos possam apreciar a sua condição privilegiada, numa afirmação de não abandono e de integração.

A presença de visitas confere uma certa superioridade, face aos utentes que não as têm. Assim, qualquer visita, mesmo que pouco assídua, é frequentemente recordada no sentido de demonstrar, perante os outros, que mantêm uma relação mais ou menos estreita com elementos exteriores à instituição. A aparência física, a marca do carro e outros sinais exteriores, relacionados com os familiares, são valorizados simbolicamente como forma de comprovar o *status* das suas visitas.

A saída do lar na companhia de um filho é algo que apresenta vantagens suplementares relativamente àqueles que recebem apenas visitas no lar. Os primeiros têm possibilidade de, para além de estabelecer contacto com os seus familiares, manter a ligação com o “tecido social” a que pertenciam. É assim possível que o sentimento de exclusão e de desinserção social não seja tão acentuado como nos casos dos que tiveram que cessar os seus contactos com as pessoas e as coisas que davam sentido às suas vidas.

A directora, corroborando aquilo que nos foi possível constatar, refere que a grande maioria dos utentes do lar não tem visitas com uma grande frequência, havendo mesmo alguns que não recebem telefonemas ou visitas de familiares há mais de cinco anos. As funcionárias comentam o desinteresse que os familiares têm pela generalidade dos utentes, no sentido de reforçar a ideia de que os idosos que se encontram no lar são indivíduos rejeitados socialmente. Como uma delas afirmava:

Os velhotes aqui quase que não têm visitas mas, se alguém diz mal dos filhos, eles não admitem. Os filhos são uns deuses que os ajudam muito e fazem tudo o que eles querem e nós, que temos que lhes dar de comer, lavar e vestir, somos umas carrasças de quem só sabem dizer mal.

As visitas familiares são, na generalidade dos casos, mais frequentes na primeira fase do internamento. Por vezes, efectua-se na primeira semana, todos os dias, para averiguarem a forma de adaptação à nova realidade, procurando

<sup>11</sup> Isso mesmo constatou Bazo num trabalho de investigação realizado em Espanha (cf. Bazo, 1991: 160)

demonstrar aos idosos que continuam acompanhados e apoiados pela família<sup>12</sup>. À medida que o tempo vai passando, o internamento no lar assume-se como um dado adquirido definitivamente, constituindo uma rotina para os familiares que passam a visitar o internado muito mais espaçadamente. Fericgla considera que as visitas e os telefonemas constituem importantes factores dissuasores de um certo conflito latente entre os ascendentes e os descendentes, inerente à ideia de que os idosos foram abandonados e de que os filhos não lhes estão a prestar o apoio devido. Nos dias de visitas verifica-se que os familiares procuram justificar o internamento do idoso aos restantes utentes e funcionários numa tentativa de desculpabilização. Este autor refere que, por isso, esta é a forma que as famílias utilizam para diminuir os remorsos sentidos por terem feito o idoso ingressar no lar ou, pelo menos, por tê-lo deixado na situação em que se encontra (cf. 1992: 294). Parece-nos que considerações deste tipo podem reflectir algum radicalismo, na medida em que não têm em conta a situação vivenciada pelos familiares, valorizando apenas a posição dos idosos.

Os utentes são unânimes ao afirmarem que desejavam receber mais visitas. O Sr. Albano é bastante claro ao afirmar: “claro que eu gostava de os ter sempre cá. Mas não pode ser. Eles têm mais que fazer.” Consideram-se contudo impotentes, tendo que submeter-se à disponibilidade, vontade ou interesse dos familiares e amigos. Como o Sr. Adélio refere: “eu tenho saudade deles. Mas de que vale? Eles só vêm quando querem.” A Sra. Luísa não deixa de demonstrar aos filhos o desagrado por estes a terem colocado no lar, apesar de ter um contacto próximo com todos os familiares e um nível de integração social bastante elevado, relativamente à generalidade dos utentes.

Alguns filhos são carinhosos, mas outros não querem saber. Dos meus não tenho queixa, mas também escusavam de me ter metido aqui. Ainda agora vou lá a casa deles e digo que não preciso que me vão buscar para ir lá comer, porque afinal, comida também tenho aqui. Para isso não preciso de ir lá fazer nada. Eles dizem que não é pela comida, que é para conversarmos. É por causa da convivência uns com os outros. Mas eu, às vezes, chateio-me e digo: vocês também me foram pôr lá, é porque não me queriam com vocês, por isso escusam de vir.

Existe, pois, uma certa ambiguidade nos sentimentos dos utentes para com os filhos. Por um lado, ressalta uma certa revolta ou descontentamento. Mas, por outro, uma certa desculpabilização e aparente aceitação da situação. Ainda que descontentes com a falta de assiduidade das visitas dos familiares e com o facto de se encontrarem a residir no lar, os utentes procuram desculpá-los de forma a que não sejam considerados pelos restantes utentes como despreocupados e desinteressados. A avaria do carro, problemas de saúde, a necessidade de prestar apoio aos netos e a ocupação profissional, entre outras, são algumas das razões apontadas para justificar a ausência dos filhos. A Sra. Eugénia revela esta ambiguidade de forma bastante clara. Em conversa informal, referia que o seu filho vivia em Viana do Castelo, pelo que era muito longe para a poder vir visitar. Considera que a distância que separa o local onde o lar se encontra e a residência do filho é a razão justificativa para este não a visitar com muita regularidade. Num outro momento em que se encontrava angustiada com a ausência de informações por parte do filho, a mesma dizia, com alguma tristeza: “o meu filho vive aqui tão perto, em Viana, e nunca me vem visitar.” Cerca de 50 quilómetros são considerados, nas diferentes circunstâncias, como uma grande ou uma pequena distância. Serve, desta forma, de justificação para a ausência do filho, mas, ao mesmo tempo, torna incompreensível esta mesma ausência.

<sup>12</sup> Goffman considera que se verifica uma tentativa, por parte dos familiares, de procurarem uma desculpabilização que atenuie o sentimento de culpa que alguns deles, principalmente os filhos, sentem ao ver o seu pai ou mãe internados num lar (cf. Goffman, 1992: 123-127).

#### 4. Família: que relações?

Numa primeira fase do trabalho de campo, as referências aos familiares não indiciavam qualquer conflito explícito ou latente. Assim, num primeiro contacto com os utentes, as relações entre estes e os seus familiares - principalmente os filhos - pareciam estáveis e sem o mínimo sinal de conflitualidade ou desentendimento. Apenas com o decorrer do trabalho de campo, e com uma maior aproximação afectiva com os utentes, foi possível detectar que esta relativa harmonia era apenas aparente. Constatou-se, desta forma, a profunda tristeza vivenciada por alguns idosos que sentem ter sido, de certa forma, abandonados pelos filhos ou outros familiares. Estas são situações e sentimentos apenas referidos em intimidade e quando não se encontra nenhum outro utente presente. São raros os que assumem uma postura de ruptura com os filhos. Mesmo que isto aconteça, como se verifica em alguns casos, os filhos são na maioria dos casos exaltados. No quotidiano do lar, e em conversa com outros utentes, fazem referência aos seus familiares, no sentido de elogiarem as suas qualidades, realçar o bom relacionamento, atenção e apoio que estes lhes prestam<sup>13</sup>. Fericgla refere que a tentativa de escamotear a verdadeira situação de relacionamento com os familiares dificilmente é admitida pelos idosos, uma vez que é desprestigiante reconhecer não se encontrar vinculado a alguém (cf. 1992: 243). Verificam-se mesmo algumas fabulações e exaltações de episódios, no sentido de reforçar o bom relacionamento que mantêm com os filhos. A Sra. Almerinda contava, em voz alta, a diversos utentes, que a sua filha chorou muito por ter de deixá-la no lar. Enquanto descrevia a situação, os restantes utentes trocavam olhares que desmentiam a veracidade do relato.

Os utentes têm reacções de alguma agressividade sempre que outro utente refere, ou tenta insinuar, que os seus filhos, netos ou outros familiares não os visitam, os abandonaram, não lhes prestam o apoio necessário, etc. Procuram refutar estas acusações, reforçando a voluntariedade do acto de ingressar no lar, de forma a desculpabilizar os familiares que são acusados pelos outros utentes de os terem obrigado a isso, uma vez que se recusavam a tratar deles. Procuram desta forma ilibar os seus familiares de todas as responsabilidades pelo seu internamento, evitando que os outros o julguem rejeitado.

Alguns utentes consideram não poder estar em casa dos seus filhos, ainda que muitas vezes reconheçam que estariam melhor, uma vez que estes têm as suas vidas, não possuindo disponibilidade para lhes prestar apoio. O Sr. Adélio julga que a permanência no lar é a melhor opção nas circunstâncias em que se encontra.

É melhor estar num lar, porque uma pessoa sozinha na casa não pode estar. Os filhos andam a ganhar a vida deles e não podem estar a tratar dos pais. Eu acho bem que eles façam a vida deles e uma pessoa não pode estar a estorvar. Para estar em casa deles sozinho, então mais valia ficar em nossa casa. Eu em casa deles não estou só mas, se eles vão trabalhar, eles não me podem vir socorrer. Aqui no lar sempre tenho gente que me dá o que me faz falta.

O Sr. Albano e a Sra. Eugénia foram da mesma opinião ao decidir ir para o lar, de forma a não dar trabalho nem sobrecarregar os filhos. A Sra. Estela refere a necessidade que os filhos têm de ter a sua vida própria.

Eu não quero viver com ninguém, porque a gente quando casa quer casa. Eles (o filho e a nora) são novos e devem viver à vontade deles. Sabe que, depois, uma pessoa pode reparar em qualquer coisa e eu não quero. Eu não me dou mal com a minha nora, mas já se sabe que há sempre coisas que uma pessoa pode não gostar

<sup>13</sup> Fericgla, no estudo que realizou, constatou que os idosos procuram exaltar as atitudes dos filhos, êxitos escolares dos netos etc. (cf. 1992: 243)

e eu assim prefiro estar aqui. Eles já estiveram aqui, mas isto é muito longe e ele só para vir aqui gasta 3 contos.

A possibilidade de se verificarem conflitos ou a ocorrência de desentendimentos anteriores<sup>14</sup> leva alguns utentes a preferirem estar no lar. A Sra. Zeferina, deixando transparecer alguma conflitualidade, refere: “os filhos, depois de casar, são das mulheres deles e as noras nenhuma é boa. Depois de agarrarem os filhos, elas é que mandam. Eles têm a vida deles e eu tenho a minha”. A diferença de educação, de hábitos e de formas de estar, leva alguns utentes a constatarem que o melhor é pais e filhos optarem por vidas separadas.

Ainda que alguns utentes façam referência à necessidade dos filhos terem as suas vidas, acabam também por mencionar que, actualmente, “os filhos não querem saber dos pais.”. O reconhecimento de um certo abandono por parte dos filhos é rapidamente generalizado, de forma a que as acusações não recaiam sobre os próprios filhos que, segundo os idosos, se encontram impossibilitados de fazer mais ou melhor. São raros os utentes que acusam directamente os seus filhos. A situação mais genérica é aquela em que os utentes referem não ter queixa dos seus filhos, mas corroboram a ideia de que, de uma forma geral, os filhos não se preocupam com os pais, como se verificava antigamente. Evitam particularizar situações, mas apresentam críticas de forma generalizada. A Sra. Estela, enquanto se conversava no seu quarto, afirmava:

O meu filho, coitado, não me pôs aqui, fui eu que quis vir. Há lares que são uma miséria. Nesses, eu acho que um filho não deve deixar os pais. Mas eu é que quis vir, eu tive muita sorte. Depende dos casos...Agora os filhos não querem saber dos pais.

O sentimento mais ou menos generalizado de que os filhos não devem abandonar os pais na velhice, momento em que a dependência do apoio destes pode ser mais acentuada, tem subjacente a ideia de que as relações familiares partem de um princípio de reciprocidade potencial entre gerações (cf. Wall, 1998: 258-259). O sentimento de que os filhos não deviam “abandonar os pais” parte do pressuposto de que estes têm algum tipo de obrigação para com os seus progenitores. As expectativas projectadas pelos idosos relativamente às atribuições de uma “família ideal” por eles concebida e ambicionada não é, de forma alguma, compatível com o internamento num lar de idosos. Assim, a protecção familiar pode ser entendida como uma forma de solidariedade, baseada na amizade e na obrigação mútua. Na ausência destas, os seus membros ficam sujeitos à solidariedade pública (cf. Martin, 1995: 63). Nesta perspectiva de análise, a existência de utentes no lar reflecte um incumprimento da reciprocidade familiar, desejada pela generalidade dos idosos e julgada inerente ao apoio familiar. Os utentes partem do pressuposto que as relações familiares assentam num princípio de reciprocidade que deve ser cumprido, julgando os descendentes incumpridores sempre que estes desrespeitam o contracto intergeracional.

A obrigação moral e o afecto são elementos que desempenham um papel importante ao nível das relações familiares estabelecidas entre ascendentes e descendentes. As expectativas sociais reforçam o sentimento de obrigatoriedade de prestar apoio na velhice (cf. Oddone, 1990: 79). A Sra. Luísa considera que, apenas a vergonha de não cumprir aquilo que ela considera ser um dever de filho, pode levar alguns descendentes a prestarem apoio aos seus pais:

Os filhos deviam tratar dos pais quando estes ficam velhinhos, mas olhe é assim. Agora está este decreto! Eles agora não tratam. Eles até tratariam, mas tratariam por vergonha. Por vergonha tratariam. Por vergonha de abandonar os pais tratariam, mas de resto não.

<sup>14</sup> Os conflitos com as noras esteve na origem do internamento de algumas utentes o que leva algumas idosas a considerar que o lar é a melhor hipótese que se lhes apresenta. Verificaram-se situações graves de maus tratos que originaram mesmo internamento hospitalar.



Depois que o meu marido morreu, fiquei aqui desamparada. Sabe que filhos são filhos. Eles não levavam os pais ao monte. Alguns filhos são carinhosos mas outros não querem saber. Eu não tenho queixa, mas escusavam de me meter aqui... Uma mãe até numa esquina da casa se deita. É o que eu ouço dizer.

A reciprocidade familiar é algo que se estende por todo o ciclo de vida dos indivíduos. Assim, não se pode esperar uma recompensa imediata de cada interacção. É importante ter em conta a dimensão temporal dos intercâmbios, já que é nesta perspectiva que uma parte significativa dos idosos julgava poder usufruir da protecção e do apoio dos filhos. Oddone estabelece uma diferença a este nível entre os intercâmbios a curto prazo e os a longo prazo. No primeiro tipo de relações, destacam-se os casos em que as mães se deslocam para casa dos filhos, onde podem cuidar dos netos e efectuar as lides da casa. A prestação destes serviços faz-se em troca de apoio na velhice. A Sra. Luísa referia com alguma tristeza: “eu se estivesse em casa das filhas, ainda podia fazer qualquer coisinha. Não podia andar no campo, mas na casa sempre fazia as coisas. Mas elas nem assim me querem com elas. Agora é este decreto assim.”

Os intercâmbios a longo prazo são de tipo intergeracional, nos quais o apoio e serviços prestados pelos pais durante a formação e crescimento dos filhos deverão ser retribuídos ou devolvidos com a protecção na velhice. Tratam-se assim de intercâmbios recíprocos efectuados em diferentes momentos do ciclo de vida (cf. Oddone, 1990: 80-81). Evidenciando esta ideia a Sra. M<sup>a</sup> Violanta considera que os filhos deviam compensar os pais pelos sacrifícios feitos pela sua educação, protegendo-os na velhice.

Um pai, quando é novo e ganha dinheiro, deve dar para a casa, para aquilo que fizer falta. Depois, se morresse na casa com os filhos dele, não lhe faltava nada. Alguns são ricos e são bons e deviam aturar os velhinhos até ao fim e não os pôr no lar. Mas aqui vê-se ricos e vê-se pobres. Alguns trabalharam e trataram os filhos e agora os filhos puseram-nos aqui no lar.

O ingresso no lar é sentido por alguns utentes como um desrespeito ao acordo de reciprocidade intergeracional estabelecido entre pais e filhos. Tal como o apoio dos pais à educação dos filhos não se confina apenas a uma vertente financeira, os benefícios esperados na velhice deveriam ir além do apoio financeiro prestado por alguns filhos (cf. Carrilho e Cachafeiro, 1992: 69). A Sra. Idalina estabelece uma relação directa entre a prestação de apoio na velhice e os esforços despendidos pelos pais durante o crescimento e formação dos filhos. Verifica-se assim uma relação recíproca em que é necessário que ambas as partes cumpram a sua obrigação.

Eu fui mãe solteira e os meus pais puseram-me na rua. Eu não tinha trabalho e por isso não tinha meios para tratar da minha filha. Foi uma minha tia que a criou. Ora, se eu não criei a minha filha, não posso pedir para ela cuidar de mim, quando estiver velha. Foi por isso que vim para o lar. Um filho não tem obrigação de tratar dos pais se eles também não trataram dele.

Alguns utentes consideram que os bens dos ascendentes podem ser um factor importante a ter em conta no estabelecimento da reciprocidade entre pais e filhos. O Sr. Amadeu pensa que os pais com dinheiro ou bens poderão ter mais garantias de apoio na velhice do que aqueles que pouco ou nenhum dinheiro ou outros bens têm para dar. A afectividade e o dever moral não são, neste sentido, elementos suficientes.

Um filho não deve deixar o pai viver na miséria. Eu sacrifiquei-me muito pelos meus pais. Trabalhei muito para eles. Agora, os filhos já não fazem isso pelos pais. Agora só se dos pais chover dinheiro. Se chover dinheiro, então aí está tudo bem. Eu tenho tantos filhos e escusava de estar aqui, mas ... agora todos querem ficar comigo, mas, depois, se deixo de andar e dou muito trabalho, ninguém quer.

A Sra. Matilde refere como considera que as coisas antigamente se processavam a este nível:

Às vezes os sobrinhos por um bocadinho de terra já tratavam dos velinhos, mas agora não fazem caso disso. Eu deixei tudo e não fazem caso. Antigamente tratavam bem os velinhos. Agora não, é por isso que tem que haver destas casas.

Algumas mudanças sociais não favorecem grandemente a reciprocidade difusa e diferida que o princípio da reciprocidade intergeracional pressupõe. O volume e direcção da dívida é um factor que se reveste de capital importância na análise desta problemática. A este nível verificaram-se alterações significativas que permitiram um maior equilíbrio na troca. Karin Wall, a este respeito, considera que a “dívida parental (cuidar da criança e dar-lhe até certas «regalias») e a dívida do filho (ajudar os pais e cuidar deles) estão mais equilibradas.” (1998: 259) A autonomia social e económica dos jovens facilitou este equilíbrio. Samouco considera que, na origem destas mudanças, está a institucionalização do trabalho assalariado, o que se traduz ao nível do relacionamento entre as gerações numa mesma família. A dependência e, por vezes, a submissão que caracterizava a relação que os filhos mantinham com os pais, altera-se a partir do momento em que estes se tornam autónomos cada vez mais cedo, não necessitando de estar sob as ordens dos pais, uma vez que não estão dependentes da casa e terras que estes possam dar ou emprestar para eles tratarem e viverem. Desta forma, a situação de dependência inverte-se, alterando-se a estrutura económica e familiar que garantia a assistência na velhice. Assim, a autonomia dos casais novos desvaloriza o processo de sucessão, colocando os idosos numa situação carenciada (cf. Samouco, 1993: 399-400).

A Sra. Luísa pondera sobre a questão da legitimidade de um filho receber a herança dos pais que se encontram a residir no lar. A herança constitui assim uma forma de recompensar os filhos pelo que fizeram pelos pais. No caso de o apoio não ser o que estes esperavam a situação não é a mesma:

Eu tenho falado aí com uns senhores, que estão aqui no lar, que me dizem que, se tivessem muito dinheiro não deixavam nada aos filhos. Consoante eles me puseram aqui, também não devem levar nada. Eu não faço isso agora, porque agora também já estou no fim da vida, já não vale a pena. Eu, perdoar, já perdoei, mas estar na casa de cada um é outra coisa.

O Sr. Albano considera ser importante considerar as verdadeiras possibilidades dos filhos prestarem ou não apoio. Deve-se assim relativizar as situações, tendo em conta as condições em que os descendentes se encontram, para se poder avaliar até que ponto eles podem ou não prestar o apoio ambicionado pelos pais. O corte de relações e a exclusão da condição de herdeiro constituem algumas das possibilidades de reacção face aos filhos, quando estes não respondem às expectativas dos pais:

Os filhos que têm necessidades, eu acho bem que ponham os pais no lar. Com necessidade, acho. Condeno aqueles filhos que, estando aqui perto, põem aqui os pais. Eu condeno, porque se eu tivesse os filhos perto e eles me pusessem aqui, eu nunca mais lhes falava. Eu sou um dos que se tivesse os meus filhos a viver aqui e mandassem para o lar nunca mais lhes falava, nem lhes deixava nada. Eu acho que os filhos devem olhar pelos pais, porque amanhã os filhos deles olharão por eles. E acho que assim é que deve ser. O que eles não querem muitas vezes é aturá-los. Isto agora não há misericórdia. É o que se costuma dizer: a misericórdia era uma ervinha verde e veio uma cabra, comeu-a, e a misericórdia morreu.

As doações em vida e os testamentos são algumas das estratégias utilizadas por alguns idosos no sentido de garantirem a sua protecção na

velhice<sup>15</sup>. Verificaram-se algumas situações de utentes actualmente residentes no lar, mas que haviam deixado tudo o que tinham - dinheiro e bens - de forma a que pudessem ser compensados com protecção na velhice. O acordo de reciprocidade nem sempre foi cumprido da forma que os idosos em causa esperavam e julgavam ser a mais correcta. O exemplo da Sra. Elizabeth é paradigmático a este nível.

16Viúva e sem nenhum filho, a Sra. Elizabeth possuía uma afilhada com quem mantinha um contacto frequente. Depois da morte do marido, esta utente, que já se encontrava com alguns problemas de saúde, foi residir para casa da referida afilhada. Julgou por bem deixar-lhe a casa e algum dinheiro já que ela se dispôs a tratá-la. Pensou ser um pagamento justo pelos serviços e carinho prestados. Inicialmente quis fazer um testamento, contudo, a afilhada convenceu-a de que a melhor forma de fazer as coisas seria fazer uma simulação de compra e venda da casa e dos terrenos. Esta situação não suscitou qualquer problema, até à altura em que a Sra. Elizabeth foi para o lar, a mando da referida afilhada.

A situação era irremediável, não dando à Sra. Elizabeth outra alternativa senão ingressar no lar.

Situações como a relatada levam o Sr. Américo a afirmar que jamais dará qualquer coisa do que tem a alguém. Após a sua morte, cada um ficará com aquilo que legalmente lhe pertence<sup>17</sup>. Como este utente refere:

Eu tinha uma minha irmã que queria ficar comigo, mas para isso eu tinha que lhe dar tudo o que é meu. Eu disse, quem parte e reparte antes que morra merece a cachaporra. Se eu lhe desse o que tinha, não era preciso esperar muito para ela me fazer o que a afilhada fez à francesa<sup>18</sup>.

Este utente preferiu ingressar no lar em vez doar tudo o que tinha em troca de assistência, pois não acreditava que o compromisso fosse cumprido na íntegra. Surge assim a ideia de que, em alguns casos, a prestação de apoio efectua-se apenas com o objectivo de usufruir de alguma vantagem na transmissão do património. Neste caso, não fica completamente excluída a hipótese do não cumprimento da assistência prometida. Assim, o retardamento da transmissão dos bens pode manter os descendentes numa situação de alguma dependência, que os leva a manter o apoio aos seus ascendentes, no sentido de poderem vir a usufruir dos bens destes (cf. Samouco, 1993: 397-400).

A Sra. Branca, com muito menos para deixar aos sobrinhos, considera justo serem eles os herdeiros de um terreno e de algum ouro que possui. O pagamento dos remédios e as visitas semanais que lhe fazem são razões suficientes para esta utente sentir que o intercâmbio familiar se estabeleceu correctamente.

Os filhos são, sem dúvida, os elementos sobre quem recai indubitavelmente a “obrigação moral” de prestar apoio aos seus pais. É destes que os utentes esperam a prestação de apoio e protecção no seguimento de toda uma “vida de sacrifícios para educar os filhos.” Contudo, em relação a afilhados, sobrinhos ou outros a quem os utentes julgam ter beneficiado (através de bens, dinheiro ou educação) poderá existir um sentimento de ingratidão no caso de não

<sup>15</sup> Fericgla relata uma situação em que uma idosa trava conhecimento com um electricista que lhe arranjou o televisor. Deixa a este toda a sua herança em troca do tratamento que este lhe prestará, quando ela disso necessitar (cf. Fericgla, 1992: 249)

<sup>16</sup> Notas do diário de campo.

<sup>17</sup> B. O'Neil (1984) constata que os idosos camponeses se mantêm juridicamente os únicos possuidores e administradores de toda a propriedade.

<sup>18</sup> O'Neil regista uma expressão semelhante “quem dá o seu antes que morra merece uma porra” (1984: 365). Samouco considera que o retardamento da transmissão jurídica da propriedade para os filhos é uma forma de assegurar que estes cumprem as obrigações na assistência à velhice ou invalidez. Com o mesmo objectivo são interpretadas as estratégias levadas a cabo pelos pais em permitir e em alguns casos fomentar a dependência dos filhos e a necessidade de estes viverem na mesma casa que eles (cf. Samouco, 1993: 399).

se verem compensados por esse facto. Alguns utentes, dos quais foi destacado o caso da Sra. Elizabete, julgavam poder contar com o apoio de sobrinhos, afilhados ou outros. Todavia, alguns deles têm uma opinião diferente. A Sra. Custódia, por exemplo, refere:

Ó minha senhora, quem é que não quer estar com parentes? Os meus irmãos não são meus filhos, essa é que é a verdade. Eles não são meus filhos, por isso não são obrigados a aturar-me.

Eles são família, mas é uma coisa à parte. Os filhos também não querem os pais quanto mais os irmãos ....

Os que não têm filhos, sentem-se assim resignados com a sua sorte, julgando ser o lar o único destino possível de quem os não tem. Esta constatação decorre do facto de considerarem que a obrigação implícita de reciprocidade apenas se verifica, segundo as análises feitas pelos utentes, nas relações estabelecidas entre ascendentes e descendentes. O ter filhos alimentou a esperança de muitos poderem vir a não necessitar de ingressar num lar, uma vez que existia a possibilidade de algum deles (no caso de existir mais do que um) tomar a seu cargo o apoio ao progenitor - afectivo, económico, habitacional - caso fosse necessário. Dão-se conta que, mesmo os que têm filhos se encontram, tal como eles, no lar. Esta constatação funciona um pouco como uma atenuante e conforto para a situação em que se encontram. Como a Sra. Branca referia:

Eu nunca pude ter filhos. Por isso estou aqui, porque não tenho ninguém que possa ficar comigo. Os meus sobrinhos queriam que eu fosse para casa deles, mas eles, coitados, também não podem, porque as mulheres deles também são doentes. Agora, eu vejo aqui no lar gente com tantos filhos e nenhum deles fica a tratar dos pais, quando eles mais precisam. Quem não tem filhos ainda está bem, agora pessoas com filhos e vêm para aqui também. Afinal agora vem tudo para o lar, ninguém quer saber de ninguém.

## 5. Uma sociedade em mudança

Tal como foi possível verificar ao longo das conversas informais e das entrevistas realizadas aos utentes do lar, parece uma ideia comum o facto de considerarem que, antigamente, os filhos se sacrificavam mais pelos pais, uma vez que existia mais “união, amor e amizade”. As transformações sociais são algumas das razões apontadas por alguns idosos como justificativas de uma mudança de atitude dos filhos para com os pais. A Sra. Alzira considera que a generalização do trabalho profissional fora de casa conduziu muita gente para os lares. Porém, alguma má vontade por parte dos filhos faz com que esta situação permaneça.

Agora, as pessoas vão trabalhar para fora e é por isso que as pessoas vão para os lares. Antigamente aturava-se as pessoas até ao fim e não se ia trabalhar para fora, que não era preciso ganhar tanto. Eles, se quiserem podem bem tratar dos pais. O que é preciso é que queiram.

A emigração é outra das razões que serve de justificação para os filhos não poderem apoiar os seus pais. A Sra. Branca reconhece a diferença na forma como os idosos eram tratados no passado e a situação actual em que se encontram.

Antigamente ficava-se em casa, mas também não havia a emigração. As pessoas não iam para o estrangeiro, como vão agora. Eu acho que é por isso que agora vai tudo para os lares. Os filhos estão todos emigrados, é por isso. Bem ... apesar que pessoas, que não vão para o estrangeiro, também põem cá os pais. Não sei se é falta de amizade ou o que é ...

Os utentes consideram-se, por isso, vítimas de mudanças que se começaram a fazer sentir há não muito tempo. As dimensões das casas e as dificuldades económicas são outras das razões apontadas. Diversos utentes referiram que as casas dos filhos não tinham espaço suficiente para todos poderem conviver. As despesas com os estudos e a educação dos filhos, os encargos com a compra de casa ou carros e os problemas de saúde, que também se traduzem em gastos significativos, juntam-se aos factores já referidos como possíveis explicações para a impossibilidade de tratar dos pais. Os utentes consideram estes factores justificações plausíveis para não poderem residir com os filhos. A Sra. Zeferina associa algumas causas da forma como os idosos são tratados, às transformações que se têm feito sentir ao nível do sistema de segurança social.

Agora, os filhos não querem os pais. A menina nunca ouviu dizer isso? Os filhos agora atiram com os pais para um lar, e é por isso que estamos aqui todos. Os pais antes querem ter as terras de velho e não trabalhar depois que recebem o cheque que o governo dá. Os filhos, como nós recebemos esse dinheiro, dizem: têm o vosso ordenado, ide à vossa vida, que nós vamos à nossa. Nós temos que fazer o que os filhos mandam. Eles põem-nos no lar para não estarmos a fazer despesa em casa deles. Eu vim com o meu marido porque quis vir, mas os pais, quando consomem os filhos, eles mandam-nos para o lar. Sabe que a vontade de comer faz o velho correr.

A reforma e a generalização de serviços estatais específicos para os idosos é considerada, por alguns autores, como uma das causas da progressiva desresponsabilização da família (cf. Carrilho e Cachafeiro, 1992: 32). Martin refere que cada vez mais os cidadãos esperam respostas satisfatórias por parte das instituições particulares e públicas, abstraindo-se de algumas competências que eram tradicionalmente adstritas à família. Este autor considera, contudo, que as claras transformações nítidas, que se fizeram sentir ao nível das relações familiares, não puseram em causa a solidariedade familiar, uma vez que esta permanece activa (cf. Martin, 1995: 59). Bris analisa os relatórios nacionais de alguns países europeus, destacando o caso da Dinamarca como o país onde a coabitação entre descendentes e ascendentes é mais marginal. Neste país, e ainda segundo Bris, “o Estado-providência (...) não considera, de forma alguma, a família como elemento potencialmente responsável pelas pessoas idosas” (1994: 33). O Estado é considerado o primeiro responsável pela prestação de serviços aos mais idosos. Nem por isso deixa de ser prática corrente o estabelecimento de vínculos de solidariedade entre elementos de uma mesma família. Este autor recusa terminantemente que a prestação de serviços pelo Estado liberte as famílias da prestação de alguns serviços aos familiares mais idosos e liquide as relações sociais familiares baseadas no afecto e na solidariedade (cf. Bris, 1994: 31-35). As mudanças sociais que afectam a estrutura familiar portuguesa não têm necessariamente consequências ao nível das relações de solidariedade que caracterizam os laços familiares (cf. Quaresma, 1993: 70-75).

Alguns utentes fazem referência aos sacrifícios e ao apoio que prestaram aos seus pais e que estes haviam prestado aos seus avôs, no sentido de demonstrar o carácter recente das mudanças. O Serafim acentua este facto, recordando, contudo, uma história antiga:

Eu acho mal que os filhos ponham os pais nos lares. Antigamente não era esta pouca vergonha. Acho mal. Bem ... está bem que antigamente até os levavam para o monte e deixavam-nos lá ficar e davam-lhes uma manta para eles se agasalharem. E sabe como acabou essa moda? Vou-lhe contar. O último, quando o levaram para o monte disse: deixa-me aqui que foi aqui que ficou o teu avô. Rasgou metade da manta e deu ao filho dizendo - leva esta metade da manta que, quando o teu filho cá te deixar, vais precisar. Quando ele ouviu aquilo, disse: - vamos embora, que ninguém fica aqui no monte.

Eu não me lembro, mas é o que se conta.

Alguns utentes do lar julgam que os filhos, actualmente, não prestam o apoio desejado, apenas porque não tomam consciência de que lhes poderá acontecer o mesmo. A Sra. Almerinda considera que apenas o princípio “ama, se queres ser amado” pode levar alguns filhos a tratarem dos seus pais. Desta forma, entende-se o estabelecimento de uma relação afectiva baseada na solidariedade entre pais e filhos como uma forma de perpetuar esta atitude nas futuras gerações. Assim, um filho que queira ser apoiado na velhice pelos seus filhos deve prestar todo o apoio possível ao seu pai, para que desta forma possa dar o exemplo. Segundo o Sr. Laurentino, o caminho a este nível é quase irreversível. Cada vez é mais frequente os filhos colocarem os pais no lar e este procedimento, está a repetir-se, sucessivamente, ao longo das gerações.

Antigamente os filhos tratavam dos pais, mas hoje os filhos não querem tratar dos pais porque querem andar na liberdade deles. Isto já vai de uma maneira que os filhos não querem tratar dos pais, os netos não querem tratar também dos pais deles e assim por diante. Os próprios netos já dizem aos pais: Levaste o teu pai ao lar, também eu te hei de levar a ti. Isto tem andado assim e cada vez têm de construir mais lares, porque os velhos vão acabar todos nos lares. Eu não acho bem, os filhos deviam atender os pais, mas ... Já estamos como o outro - é a moda.

O distanciamento provocado pelo ingresso no lar leva alguns utentes, num tom de alguma revolta e indignação, a referirem que já não possuem família ou a identificá-la com os restantes utentes do lar. A Sra. Luísa, à semelhança do Sr. Adélio, depois de fazer alusão a quatro filhos com quem mantém contactos semanais, perante a questão - Quem é a sua família? - responde da seguinte forma:

Sra. Luísa - Ninguém. Agora não é ninguém. É aqui, olhe. Quando for para me levarem para o cemitério, é que se aproximam. Quando me levarem para o buraco, é que se aproximam. Tomaram eles que eu já tivesse ido. Eu tenho esta cisma e não me engano. A minha família agora é aqui. Aqui é que é a minha família.

Investigador - E gosta?

Sra. Luísa - Que remédio tenho eu senão gostar.

Alguns utentes do lar, apesar do mau relacionamento que por vezes se verifica genericamente entre eles, consideram que, actualmente, a sua família são os restantes utentes. O Sr. Américo possui seis irmãos e alguns sobrinhos (não sabe quantos), mas considera que os seus familiares são “os vizinhos do lar, o Sr. Amadeu e aquele de Sopo”.

Um certo afastamento ou desentendimento no relacionamento com os seus familiares mais próximos, leva alguns utentes a privilegiar o carácter co-residencial como o factor essencial na determinação de quem são os seus familiares. O facto de já não se encontrarem a residir com os filhos ou de, pelo menos, não manterem um contacto próximo, pode explicar, em parte, este tipo de expressões.

Por vezes, com a entrada no lar, as visitas não se tornaram menos frequentes do que quando viviam sozinhos em casa. Contudo, os utentes sentem-se mais rejeitados, o que leva alguns, em jeito de desabafo, a demonstrarem tal sentimento. Estes utentes fazem coincidir o conceito de família com o sentimento de pertença a um grupo que supostamente deveria prestar apoio e manter-se unido. A co-habitação com outros utentes do lar leva a que estes sejam considerados como família, ainda que a relação que se estabelece com eles seja por vezes de uma quase completa indiferença. Mais do que qualquer outro significado que associe os utentes do lar a elementos substitutos do núcleo familiar, deve-se entender as palavras destes utentes como consequência da incompreensão por se sentirem de certa forma rejeitados pelos familiares mais próximos. Estas expressões são assim uma reacção a este sentimento de rejeição, ainda que noutros momentos ou noutras circunstâncias revelem outros sentimentos e formas de pensar e agir.

Apesar dos contactos com os familiares estarem muito aquém do desejado pelos idosos e das relações conflituosas geradas, na investigação efectuada, a importância deste tipo de relações ficou bem patente em todas as entrevistas e principalmente nas conversas informais estabelecidas ao longo do trabalho de campo. Se considerarmos a trajectória de vida dos utentes, podemos constatar que as referências familiares da infância e juventude estão muito presentes, tendo marcado fortemente as experiências de vida dos idosos. Os familiares (principalmente os pais e alguns irmãos já falecidos) são recordados com saudade, mesmo quando essas lembranças remetem para um período da vida onde as dificuldades económicas eram muitas<sup>19</sup>. A facilidade com que referem as recordações de infância não é a mesma com que referem as relações que mantêm com os seus familiares, no período que antecede a entrada no lar e depois desta se efectivar. Existe uma tentativa de desviar as referências, centrando-as na infância e juventude. Uma maior brevidade e mesmo recusa de desenvolvimento de questões relativas à situação actual e a eventuais conflitos familiares caracteriza os discursos dos idosos. A referência ao sucesso e relacionamento privilegiado com alguns familiares são utilizados, por vezes, como uma forma de escamotear contactos muito pouco frequentes e relações muito distantes. Verifica-se uma certa ambiguidade e tensão nas relações familiares. Por um lado, tentam aparentar uma grande normalidade destacando a preocupação, os contactos, os presentes e outras atenções dos filhos, netos ou outros familiares (mesmo que estes sejam muito raros); por outro, e em momentos de maior intimidade, demonstram uma grande revolta pela situação em que se encontram, culpabilizando os filhos (no caso de estes existirem) ou outros familiares ou amigos que julguem com responsabilidades pela prestação de apoio.

## 6. Considerações finais

“Já não tenho família ...” foi o título escolhido para esta comunicação. Foi possível ouvir esta frase com frequência, ao longo das conversas que mantivemos com os idosos. Era utilizada para traduzir situações familiares e sentimentos distintos. Por um lado, traduz a fragilidade familiar em que muitos dos idosos ingressam no lar. Como foi possível verificar o núcleo familiar dos utentes encontra-se, para a maioria deles, desestruturado. Recordamos apenas que a maioria dos utentes não possuem cônjuge (apenas 10% são casados) nem filhos (cerca de 46%). Estão, por isso, destituídos do núcleo familiar base. Neste sentido, “já não tenho família ...” Por outro lado, e nos casos em que possuem filhos ou outros familiares próximos, esta frase traduz o afastamento causado pela reduzida frequência dos contactos ou ainda, mesmo com contactos relativamente frequentes, quando os idosos responsabilizam os seus filhos pelo ingresso no lar. Demonstrando o seu descontentamento pela situação em que se encontram e pela atitude dos familiares ao deixá-los nesta situação afirmam: “Já não tenho família ...” Generalizam mais a situação, alguns utentes sentenciam o fim da

<sup>19</sup> Deve-se ter em conta que a velhice “não é isolável de um determinado quadro biográfico nem de uma subjectividade pessoal que interpreta e reelabora os modelos da sociedade onde se insere.” (Bastos, 1990: 149) A singularidade de cada trajectória de vida culmina num mesmo destino -a entrada para o lar de idosos. A memória ou lembranças pretéritas permitem que se estabeleça “a relação do corpo presente com o passado e interfere no processo actual das representações” (cf. Bosi, 1995: 46). A este respeito deve-se considerar a concepção de Connerton segundo a qual: (... ) a nossa experiência do presente depende em grande medida do nosso conhecimento do passado. Entendemos o mundo presente num contexto que se liga causalmente a acontecimentos e a objectos do passado que não estamos a viver ao vivermos o passado. E viveremos o nosso presente de forma diferente de acordo com os diferentes passados com que podemos relacioná-lo. (1993: 2)

A forma como as pessoas recordam as experiências pretéritas vai ter influência na representação social da velhice por parte dos idosos residentes no lar.

instituição familiar referindo: “Já não há família”. Privilegiamos a análise desta última situação, não menosprezando a primeira, uma vez que julgamos que esta coloca em causa um conceito social fundamental – Família.

Longe de querermos anunciar o termo da instituição familiar, foi nosso objectivo dar a conhecer os sentimentos de um conjunto de idosos que se encontram numa situação muito particular – a residir num lar. As atribuições familiares inerentes a algumas afirmações deles reflectem um modelo familiar ideal que eles julgam não ter tido o privilégio de usufruir. Alguns idosos, traduzem as mudanças sociais que se têm vindo a verificar na sociedade em geral e que não deixam de se traduzir em mudanças na instituição familiar, como o fim da família. Isto porque, segundo eles, a existência de um cada vez maior número de idosos a residir em lares traduz isso mesmo – o fim da família. Considerações deste tipo não são exclusivas já que, noutras situações ou na mesma conversa, os idosos demonstram compreender a situação actual dos filhos, julgando que se torna difícil estes prestarem mais apoio.

Os idosos concebem um tipo de família ideal no qual julgam que a sua situação não se enquadra. Transparece uma clara noção de ambiente familiar assente na entreatajuda e solidariedade intergeracional que coloca de lado a possibilidade de passar a velhice num lar de idosos. Contribui para isto o facto de a concepção social dos lares estar intimamente ligada aos não muito longínquos asilos, à velhice marginal, ao abandono, rejeição, etc. A comparação com a geração anterior contribui, também, para que os idosos constatem que os seus pais, sogros e tios não tiveram necessidade de recorrer a um lar ou asilo e eles, em contrapartida, tiveram essa necessidade. Este sentimento de injustiça verifica-se, mesmo quando constatarem que nos casos dos ascendentes as situações em que se encontravam não eram as melhores. Realçam, contudo, o esforço que a família fazia para lhes prestar o maior apoio possível, revelando o “amor” que por eles tinham.

Independentemente dos sentimentos dos utentes com quem se contactou, foi possível verificar que o ingresso no lar se encontra fortemente relacionado com a situação familiar dos idosos. A ausência de cônjuge (por viuvez ou por nunca se ter casado), a ausência de filhos, o afastamento residencial relativamente a estes, conflitos e desavenças familiares, um relacionamento de alguma distância e a “não obrigação” de outros familiares (que não os filhos) de prestarem apoio, entre outros, são alguns dos factores que se encontram fortemente relacionados com o ingresso de uma grande parte dos idosos no lar. O estado de saúde, dificuldades económicas, habitacionais, entre outras, são também factores a considerar.

## 6. Bibliografia

BARENYS, Maria Pia

1990 - *Residências de Ancianos*, Barcelona, Fundación Caixa de Pensions.

BASTOS, Susana Trovão Pereira

1990 - “Rostos de velhice na cidade de Lisboa”, *Do Desvio à Instituição Total*, Gabinete de Estudos Jurídico-sociais do Centro de Estudos Judiciários, nº 1/90.

BAZO, María Teresa

1990 - *La sociedad anciana*, Madrid, Siglo XXI de España Editores.

1991 - “Institucionalización de personas ancianas: un reto sociológico”, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, nº 53, Janeiro/Março, 1991.

BOSI, Ecléa

1995 (1973) - *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*, São Paulo, Edição Schwarcz.



BRIS  
1994

CARRILHO, Francisco e CACHAFEIRO, Maria Luisa  
1992 (1990) - *A Revolução Grisalha*, Lisboa, Planeta Editora.

CONNERTON, Paul  
1993 (1989) - *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta Editora.

ESTEVES, António Joaquim  
1995 - *Jovens e Idosos. Família, Escola e Trabalho*, Porto, Edições Afrontamento.

FERICGLA, Josep M.  
1992 - *Envejecer. Una antropología de la ancianidade*, Barcelona, Anthropos Editorial del Hombre.

FERNANDES, Ana Maria  
1995 - *Velhice, Envelhecimento Demográfico e relações Intergeracionais*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em Demografia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada.

GOFFMAN, Erving  
1992 (1961) - *Manicômios, Prisões e Conventos*, São Paulo, Editora Perspectiva.  
1993 (1969) - *A apresentação do eu na vida de todos os dias*, Lisboa, Relógio D'Água.

GOMMERS, M. Peter  
1992 - "O Desafio Europeu. A Família como Prestadora de Cuidados e Eixo de Solidariedade entre Gerações", in Actas da Conferência Europeia - *As pessoas Idosas e a Família. Solidariedade entre gerações*, Madeira.

MARTIN, Claud  
1995 - "Os limites da protecção da família. Introdução a uma discussão sobre as novas solidariedades na relação Família - Estado.", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais nº 42.

NUNES, João Arriscado  
1995 - "Com mal ou com bem, aos teus te além: as solidariedades primárias e os limites da sociedade-providência" *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, nº 42.

ODDONE, Maria J.  
1990 - "Aportes para la Discusion Teorica en Sociologia de la Vejez" *Revista Paraguaya de Sociología*, Paraguay, Publicacion de Ciencias Sociales para America Latina - Centro Paraguayo de Estudios Sociologicos, nº 77, Janeiro/Abril de 1990.

O'NEIL, Brian  
1984 - *Proprietários, Lavradores e Jomaleiros. Desigualdade Social - Uma Aldeia Transmontana, 1870-1978*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

PINTOS, Claudio C. García  
1993 - *El círculo de la vejez. Sobre la Psicología de la persona que envejece*. Buenos Aires / Rosario, Editorial Almagesto e Editorial Fundacion Ross.

QUARESMA, Maria de Lurdes  
1993 - "O papel da família e da comunidade local", in Actas do Congresso Semana do Idoso, *Envelhecer: Os desafios do séc. XXI*, Porto.

ROBERT, Anderson  
1992 - "Prestação de Cuidados informais. O papel da família" in Actas da Conferência Europeia - *As pessoas Idosas e a Família. Solidariedade entre gerações*, Madeira.

ROSA, Maria João Valente

1992 - *O envelhecimento demográfico da população do Continente português e a protecção social dos idosos*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em Sociologia (especialidade Demografia) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiado.

RUTH, Barrington

1992 - "Cuidados informais. Família e Comunidade. A experiência Irlandesa" in Actas da Conferência Europeia - *As pessoas Idosas e a Família. Solidariedade entre gerações*, Madeira.

SAMOUCO, André

1993 - "O Estado-providencia e a sociedade rural. Revalorização de recursos e reordenamento de estratégias num novo contexto: a agricultura de pluriactividade." *Análise Social*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, nº 121.

SANTOS, Boaventura de Sousa

1995 - "Sociedade-Providência ou Autoritarismo Social?" *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, nº 42.

SERRA, E.; DATO, C. e LEAL, C.

1988 - *Jubilacion y Nido Vacio: Principio o Fin? Un estudio evolutivo*, Valencia, Nau llibres.

WALL, Karin

1998 - *Famílias no Campo. Passado e Presente em Duas Freguesias do Baixo Minho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.